



OS ESPANHÓIS NA CIDADE DE BELÉM: CONFLITOS E SOLIDARIEDADE

Maria de Nazaré Sarges*
Universidade Federal do Pará – UFPA
sarges@ufpa.br

João Arnaldo Gomes**
Universidade Federal do Pará – UFPA
joão01gomes@gmail.com

RESUMO: A partir da análise de periódicos locais, este artigo pretende abordar a presença de migrantes espanhóis na cidade de Belém do Pará, no final do século XIX e início do XX, enfocando as suas experiências nessa cidade que vivia, no período citado, o auge da economia da borracha. Experiências, vivências e tensões faziam parte do mundo desses migrantes que estabeleciam redes de solidariedade e procuravam fortalecer as suas identidades adotando práticas culturais muito próprias do mundo Ibérico, como as touradas.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração – Galegos – Belém – Amazônia

THE SPANISH IN BELÉM CITY: CONFLICTS AND SOLIDARITY

ABSTRACT: From the analysis of local newspapers, this article aims to raise the presence of Spanish migrants in the Belém city, State of Pará, in the late 19th and early 20th centuries, focusing on their experiences in this city who was in at the height of rubber economy. Experiences and tensions were part of the world of these migrants who established networks of solidarity and sought strength in their identities adopting cultural practices very own of the Iberian world like bullfighting.

KEYWORDS: Immigration – Galicians – Belém city – Amazon

* Professora da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará.

** Bolsista Fapespa, pela Universidade Federal do Pará.

Nos últimos cinco anos do século XIX, o regime republicano federal no Brasil já estava por completar uma década de ascensão, e a liberdade por ele concedida aos estados para tratar dos próprios negócios, bem como dos próprios fins, entusiasmava a elite econômica paraense. O comércio gomífero continuava dando grandes lucros e o movimento das finanças permanecia intenso. Quase toda a riqueza produzida no Pará provinha da extração e venda do látex, fato que não deixava de ser preocupante quando se constatava um aumento no valor das exportações da goma combinado à decadência de outros produtos de extração associada ao declínio da produção agrícola. A criação de colônias pelo interior do Estado e o incentivo à agricultura tornaram-se primordiais para um governo inquieto com um Pará, cuja sobrevivência econômica era cada vez mais dependente do negócio da borracha.

A captação de uma mão de obra que atendesse aos critérios dos projetos governamentais e que suprisse a carência local tornou-se também primordial e a solução foi encontrada por meio do ingresso de trabalhadores estrangeiros que atendessem aos requisitos propostos pelos governos estaduais que, por meio das leis nº 223 de 1894 e nº 583 de 1898, assinadas, respectivamente, pelos governadores Lauro Sodré e Paes de Carvalho, “[...] autorizavam a introdução de estrangeiros de boa conduta e aptos para o trabalho agrícola ou então, dedicar-se a qualquer indústria útil [...]”.¹ Com isso, o que os governadores pareciam querer evitar era o que já vinha acontecendo com os imigrantes nacionais que, por acreditarem que conseguiriam lucros mais rápidos e fáceis extraindo látex, evadiam para a floresta em busca do “ouro branco”.

A promessa de concessão gratuita de terras preparadas para o cultivo aos estrangeiros, de passagens de graça para o Pará e de adiantamento em dinheiro para a manutenção mensal por seis meses era garantida em contratos assinados no momento do embarque em portos espanhóis, como o de Vigo e o de Barcelona. É importante lembrar que neste momento, no final do século XIX, a emigração transoceânica estava em pleno vigor, sobretudo pela difícil situação econômica que vivia a Espanha. Famílias inteiras ou grupos de jovens sem perspectiva de emprego, de trabalhos “uteis”, deslocam-se em busca de sobrevivência e também do “velocino de ouro”.

¹ SARGES, Maria de Nazaré. A ‘Galícia’ paraense: imigração espanhola em Belém: 1890-1910. In: RUIZ-PEINADO, José Luis; CHAMBOULEYRON, Rafael. (Org.). **T(r)ópicos de história: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)**. Belém: Açaí, 2010, p. 202.

Além da oferta de acolhida, alimentação e assistência médica em uma hospedaria preparada para receber imigrantes na vila do Outeiro, os governantes paraenses, assim como os intelectuais, se preocupavam em pintar a Amazônia como uma terra da promessa. Dentre esses intelectuais destaca-se Santa-Anna Nery, que, ao escrever o *Guide de L'Emigrant au Brésil*, em uma de suas páginas destaca uma observação de Coudreau, o qual considera que a “Amazônia, clima e meio ambiente, mesma forma, é um mundo vasto que “respira riqueza e felicidade” e será em pouco tempo um dos centros de atração para os emigrantes da Europa”.²

Seguindo o mesmo discurso acerca da Amazônia, no caso, o Pará, como a terra da fortuna e da prosperidade, o governador Lauro Sodré, responsável pela oficialização da entrada de imigrantes europeus no estado, enfatiza que: “O estrangeiro que queira viver conosco encontrará uma terra hospitaleira e um clima benigno que lhe garantira saúde e robustez [...] conjecturando que aqui, mais cedo ou mais tarde se há de concentrara a civilização do globo”.³

Apesar de toda a propaganda, persuadir o estrangeiro para a Amazônia não era tarefa fácil, ainda mais quando se tinha que combater o discurso de concorrentes nacionais que denegriam a imagem da região amazônica. E, mesmo o governo paraense possuindo uma maior segurança no manejo administrativo em vista do assentamento de colonos e tendo autorizado por uma lei de 1896 a promoção da vinda de mais de 100.000 imigrantes do exterior no prazo de dez anos, persistia uma maior atração exercida pelo pelos estados do sul do país,⁴ o que resultou, segundo os números de Roberto Santos, na entrada apenas de aproximadamente 13.300 estrangeiros no Pará entre os anos de 1896 e 1900, constituídos majoritariamente por portugueses e espanhóis.⁵

² SANTA-ANNA NERY, Frederico José de. **Guide de L'emigrant au Brésil**. Paris: Librairie Charles Delagrave, 1889, p. 101.

³ **Amazonia-1900**. s /ed.

⁴ Maria de Nazaré Sarges atenta que “o termo sul quando aparece nas fontes do período deve ser entendido como uma região que engloba os Estados da atual divisão Sul e Sudeste”. SARGES, Maria de Nazaré. A ‘Galícia’ paraense: imigração espanhola em Belém: 1890-1910. In: RUIZ-PEINADO, José Luis; CHAMBOULEYRON, Rafael. (Org.). **T(r)ópicos de história: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)**. Belém: Açaí, 2010, p. 205.

⁵ SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, p. 92.

A propaganda era intensa e os argumentos de persuasão tentavam ser os mais atrativos possíveis, assim como o esforço em desmentir a contrapropaganda arquitetada pelos governos sulistas. Numa mensagem dirigida ao Congresso Legislativo em 1892, o governador Lauro Sodré expõe a necessidade de um programa “incansável e racional”, que seja capaz de rechaçar a imagem desacreditada de “região de todos os males” e “zona da terra eleita pela morte”, criada contra a Amazônia, e que chegara aos ouvidos dos possíveis imigrantes estrangeiros.

Dessa forma, pretendia-se mostrar, através de dados e testemunhos de sábios e viajantes, considerados “insuspeitos” pelo governador, que a temperatura sob a linha dos trópicos era suportável – agradável, até – e que não havia a alardeada insalubridade que causava pavor,⁶ opondo-se à detração regional levantada pelos sulistas em relação aos aspectos sociais, salutar e geográficos da Amazônia, “demonstrando a superioridade do clima em razão dos ventos gerais e alísios e das chuvas abundantes”,⁷ contribuintes indispensáveis da salubridade e habitabilidade do solo. Além disso, era importante ressaltar, como o havia feito o livro *El Pará*, publicado em 1895, e que já circulava nas cidades espanholas antes de 1900, que escolher o Pará correspondia a retomar “uma porção de terra que, em 1499, poderia ter sido conquistada pelos desbravadores espanhóis”;⁸ ou ainda, apresentar a vantagem da “proximidade do porto de Belém em relação à Europa [...], bem mais perto do que as cidades de Buenos Aires ou Montevidéu”.⁹

Bônus à parte, no momento do contrato, o emigrante tinha que provar ser de boa conduta a partir da apresentação de atestado e devia comprometer-se a não abandonar o Pará por um período de três anos em troca do recebimento dos benefícios

⁶ SARGES, Maria de Nazaré. A ‘Galícia’ paraense: imigração espanhola em Belém: 1890-1910. In: RUIZ-PEINADO, José Luis; CHAMBOULEYRON, Rafael. (Org.). **T(r)ópicos de história: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)**. Belém: Açaí, 2010, p. 205.

⁷ Id. As corridas de touros e as associações de migrantes galegos: a construção do imaginário ibérico na “Nova Jerusalém” (Belém, XIX/XX). In: RUIZ-PEINADO, José Luis (Coord.) **Atlântico imaginado: fronteiras migrações e encontros**. Madrid: Ministério do Trabalho e Imigração, 2011, p. 122.

⁸ SARGES, 2010, op. cit., p. 202.

⁹ Ibid.

oferecidos pelo Estado, entre os quais se contava ainda o fornecimento gratuito das ferramentas e utensílios indispensáveis para o trabalho na lavoura.¹⁰

Foram sob essas condições que desembarcaram no porto de Belém, nos últimos cinco anos do século XIX, os espanhóis introduzidos no Pará, entre os quase 13.300 estrangeiros citados acima por Roberto Santos, destinando-se boa parte para os núcleos coloniais no interior do estado, mas permanecendo, contudo, um expressivo número na capital, empregando-se em estabelecimentos comerciais, nas indústrias, circulando na cidade como vendedores ambulantes ou ainda, como criados em casas de família.

Na capital, os “galegos” pontilharam quase que cotidianamente nas páginas dos jornais. Foram flagrados nos mais diversos locais. Basta observar que em 38,8% dos casos noticiados encontravam-se em logradouros públicos, como ruas e praças; em 26,2%, em presídios e distritos de segurança; em 20,5%, em estabelecimentos comerciais, como mercearias, botequins, mercados, sapatarias, hotéis e restaurantes; em 7,9%, em locais de trabalho; e em 6,8%, em casa.¹¹ Contudo, encontrar-se na rua não significava necessariamente que estivessem apenas de passagem ou passeando. Muitos estavam empenhados em seu trabalho como carreiro, carregador, vendedor ambulante ou a serviço de uma empresa qualquer.

Da mesma forma, não se pode julgar que os flagrados em presídios ou distritos de segurança estivessem lá por motivo de detenção ou acusação de qualquer delito. Muitos compareciam a esses lugares para dar queixa de algum dano sofrido ou então para pedir uma melhor averiguação de algum caso suspeito no qual fora vítima. Igual esclarecimento merece ser dado em relação aos que se encontravam em estabelecimentos comerciais. Enquanto alguns aparecem como fregueses de uma sapataria, mercearia ou restaurante, outros se destacam como proprietários de casas comerciais, hotéis e negociantes de animais. Os que se acham no trabalho, devem ser entendidos como indivíduos que exercem profissão de condutor de bonde, relojoeiro, cozinheiro, carpinteiro, comerciante ou operário de construção. Quando são vistos em

¹⁰ SARGES, Maria de Nazaré. A ‘Galícia’ paraense: imigração espanhola em Belém: 1890-1910. In: RUIZ-PEINADO, José Luis; CHAMBOULEYRON, Rafael. (Org.). **T(r)ópicos de história: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)**. Belém: Açaí, 2010, p. 205.

¹¹ Os dados apresentados foram construídos a partir dos documentos manuseados e trabalhados no período de 1897 a 1898.

casa, geralmente estão relacionados a um acidente doméstico trágico, desaparecimento de criança ou conflito familiar.

As circunstâncias em que se encontram são quase sempre de caráter delituoso, oscilando entre o cínico e o trágico. Dentre todas as notas ou crônicas encontradas nos principais jornais da cidade, em 71% dos casos os espanhóis encontram-se envolvidos em situação de violência, como brigas com agressão física ou verbal, roubos por assalto, defloramento, homicídio, suicídio, estelionato e rapto de menores, ora protagonizando como acusados, ora como vítimas.

Mas há momentos em que se destacam em situações de solidariedade. Os 29% restantes dos casos relatam situações em que prestam serviço de utilidade pública à sociedade, como o de um relojoeiro espanhol que serviu de testemunha nas investigações do roubo de uma joalheria,¹² cujo processo ocupou por semanas as páginas de *A Província do Pará*, ou de uma dupla de trabalhadores que encontra um menor perdido e o encaminha para a polícia.¹³ No outro extremo, há também o caso de uma espanhola que, depois da morte acidental do marido, quando ele trabalhava no Palácio do Governo, passa a viver de esmolas dadas pelos nacionais para sobreviver.¹⁴

Por fim, não deixa de ser cômico o motivo que levou à prisão o espanhol José Varse Varsca, empregado de uma negociante de animais, Maria Costa Valle, moradora na rua da Indústria, nº 42. Encarregado pela patroa de levar à Praça da República um porco e um peru,

¹² Segundo consta em uma nota de esclarecimento sob a epígrafe “ROUBO AVULTADO: um caso complicadíssimo”, de *A Província do Pará*, do dia 6 de janeiro de 1897, página 2, o ourives espanhol Ramon de La Iglesias Vina encontrava-se já dentro da loja Bola de Ouro, junto com um dos sócios da casa, o português Maximino Martins da Silva, que há pouco entrara no estabelecimento roubado, quando chegou o caixeiro, também português, Augusto dos Santos Loureiro. Por causa disso foi interrogado como testemunha pela polícia local.

¹³ Era por volta das sete horas da noite quando os dois espanhóis se apresentaram na estação de segurança com o menor nacional de 8 anos o qual disseram haver encontrado chorando na rua Tiradentes. Segundo declarações do menino, sua mãe morava na travessa do Curro. *A Província do Pará*, 21 de dezembro de 1897, p. 2.

¹⁴ A viúva em questão era Maria Blanco, esposa do espanhol Lauriano Valdez (*O Diário de Notícias e A Província do Pará*) ou Laureano Balarez (*Folha do Norte*), que morrera pouco depois de cair de um andaime, quando trabalhava no Palácio do Governo com outro espanhol, Firmino Perez, no dia 24 de agosto de 1897. Enquanto *A Província do Pará* dedicou, durante dias (agosto a setembro de 1897), um espaço em suas colunas para informar sobre as quantias em dinheiro que a viúva recebia, o *Diário de Notícias* e a *Folha do Norte* – de 25 de agosto de 1897, p. 1 – ocuparam-se em informar a gravidade do acidente e as circunstâncias em que se deu.

José Varsca, em vez de ir primeiro cumprir a ordem recebida, andou fazendo vira-voltas, e em toda taberna que encontrava fazia uma “oração”, de forma que, antes de chegar ao ponto de destino, já estava “completo”. E como não encontrasse um “javali”, montou no porco que conduzia e pôs o peru à garupa. Infelizmente, para ele, quando ia seguir viagem, a patrulha da travessa Primeiro de Março guiou-o até a presença do 2º prefeito, que o mandou trancafiar no Xadrez. E o porco?¹⁵

Entre as ocorrências de caráter delituoso, os relatos de agressão lideram o número de casos. Figurando às vezes como agressores, outras como agredidos, os espanhóis aparecem em tensões frequentemente com nacionais, como no caso do espanhol André de tal, proprietário do hotel Sant’Ana, situado na rua Senador Manuel Barata. Cansado de esperar pelo pagamento do aluguel atrasado de Maria Elisa, uma de suas inquilinas, André se dirige ao quarto dela exigindo o dinheiro. E mesmo diante das súplicas da moça para que esperasse por mais alguns dias pelo dinheiro, o espanhol

[...] agarrou a mulher pelos cabelos e, brandindo o maço de cordas que levava, aplicou-lhe uma surra formidável.
Feito isto, expulsou Elisa do hotel, apoderando-se da bagagem da pobre mulher, que é uma dessas tantas infelizes que por aí andam.¹⁶

Fato semelhante já havia sido relatado quase dois meses antes pelo mesmo jornal. O agressor, o espanhol José Gomes Calvo, proprietário do hotel Santiago, armando-se de um cacete, dirigiu-se, na companhia de seu cozinheiro João Agrião, que já se havia equipado com um pedaço de ferro, em direção ao quarto de uma sua hóspede, Hortência Amélia de Carvalho, também em atraso no pagamento do aluguel. Hortência, da mesma forma que Elisa, suplicou por uma mais um tempo para conseguir o dinheiro. Mas em resposta recebeu igual violência.¹⁷

Numa outra situação é o espanhol que figura como vítima de agressão realizada por um nacional. Enquanto cumpria os deveres de sua profissão, o jovem condutor de bonde Ângelo Rodrigues, ao cobrar pelo frete da trouxa de uma lavadeira, é abruptamente esbofeteado por um guarda da cavalaria, que salta repentinamente para o veículo. Não satisfeito, o guarda ainda lhe dá voz de prisão, confirmada por outros que o acompanhavam. A “tão insólita agressão causou grande indignação a todas as pessoas

¹⁵ **A Província do Pará**, 13 de novembro de 1897, p. 2.

¹⁶ **Folha do Norte**, 30 de julho de 1897, p. 2

¹⁷ **Folha do Norte**, 4 de junho de 1897, p. 2

que a presenciaram – comerciantes estabelecidos no lugar, passageiros do bonde e transeuntes –, levantando por isso um grande tumulto”.¹⁸

Os conflitos em que se envolviam os espanhóis tinham diversas motivações. Numa tranquila noite no Largo da Pólvora, o espanhol Laureano Cores Garcia agrediu Manoel Grossé, seu compatriota, por desconfiar que sua amante, Encarnação, também espanhola, o traía com o agredido. O estado passional de Laureano era tão intenso que a investida efetuou-se de forma tão violenta quanto repentina, tanto que “apesar de terem sido quase imediatamente separados, Grossé não se livrou de ter apanhado alguns socos, ficando muito contundido na pálpebra do olho esquerdo”.¹⁹

Em meio às discussões casuais, os ânimos também se alteravam, ainda mais quando o espanhol se confrontava com um adversário histórico, o português. Depois de embriagarem-se em um botequim na doca do Reduto, o lusitano Manoel Mendes e o espanhol João de Magalhães começaram a discutir sobre suas supostas nobres linhagens genealógicas, negando um a descendência do outro. Não era a primeira vez que os dois discutiam, mas nessa ocasião “[...] a questão azedou-se mais do que de costume e os dois foram às ultimas: socaram-se mutuamente”.²⁰

Motivação de ordem política também podia causar certa alteração. No ano de 1898 eclodiu a guerra hispano-americana.²¹ Durante o período, diariamente, *A Província do Pará* lançava notas em sua primeira página a respeito do andamento do conflito. Numa tarde, da janela do escritório do jornal, os redatores do periódico testemunharam uma discussão entre um carregador espanhol e um negro, julgado ser de Barbados, que compraram exemplares do jornal recém-lançado naquela tarde. Enquanto liam, o espanhol emitiu uma opinião a um terceiro que logo foi contestada pelo negro, sem que ninguém tivesse falado com ele. A reação do espanhol foi tamanha que

¹⁸ **A Província do Pará**, 1 de junho de 1898, p. 2.

¹⁹ **O Diário de Notícias**, 24 de março de 1897, p. 2

²⁰ **A Província do Pará**, 17 de fevereiro de 1898, p. 1

²¹ Guerra hispano-americana foi como ficou conhecido o conflito ocorrido entre a Espanha e os Estados Unidos, entre os meses de abril e agosto de 1898, que culminou com a tomada, pelos americanos, de antigas colônias espanholas, como Cuba e Porto Rico no mar do Caribe, e das Filipinas, no oceano Pacífico. Tal guerra sinalizou de vez a decadência espanhola como potência mundial e catapultou os Estados Unidos para o primeiro plano das disputas políticas globais, reconhecido como grande força militar Cf. JÚNIOR, Lima. **Guerra Hispano-Americana**. Disponível em: <[HTTP://amantesdeclio.blogspot.com.br/2011/02/guerra-hispano-americana.html](http://amantesdeclio.blogspot.com.br/2011/02/guerra-hispano-americana.html)>. Acesso em: 28 Dez. 2012.

“travou-se uma acalorada polêmica que esteve a ponto de acabar em sopapos” – escreveu o redator da nota que soubera depois do que se tratava: os telegramas d’A PROVÍNCIA da tarde tinham dado origem a todo aquele barulho, por causa da guerra hispano-americana.²²

Mas, não somente as alterações públicas envolviam os espanhóis e outros estrangeiros acerca do conflito de 1898. No dia 2 de maio desse ano a colônia espanhola residente na cidade realizou uma reunião com o objetivo de obter auxílios pecuniários para remeter à Espanha, recurso necessário para aumentar a sua esquadra. A subscrição aberta em Madrid recebeu pronta adesão de seus compatriotas do além-mar, que, de início, conseguiram arrecadar 15 contos de réis. Várias pessoas importantes da comunidade, assim como empresas, acorreram a chamada. Basta notar que nesta primeira convocação estiveram presentes 74 cidadãos espanhóis. Inclusive a empresa Garrido, que estava em temporada na cidade, no Teatro Politheama, participou com a apresentação de um espetáculo, cuja renda foi revertida em favor da Cruz Vermelha, seção espanhola.²³

Deixemos um pouco esses conflitos cujos personagens sempre eram do sexo masculino. Mulheres espanholas também, vez ou outra, protagonizavam episódios violentos ou delituosos, ou ainda, violentos e delituosos ao mesmo tempo. No caso delas, o lugar comum em que se encontram frequentemente estava associado ao espaço doméstico, seja o lugar onde moravam ou trabalhavam, ou em suas proximidades. Na categoria agressão, há o relato em que uma jovem espanhola, empregada como criada na casa nº 68, da Travessa Romualdo Seixas, sob suspeita de haver furtado o papagaio de uma senhora moradora da mesma rua, casa nº 66, embriagou-se e adentrou a morada da vizinha lesada, espancando-a. Isso ocorreu no mesmo dia em que foi acusada.²⁴

As crônicas policiais dos periódicos belenenses revelam, nas entrelinhas dos conflitos e tensões que se estabeleciam entre esses sujeitos, uma particularidade especial, talvez experienciada não apenas por espanhóis, mas também por outros grupos de imigrantes estrangeiros e por nacionais. Referimo-nos ao contato que era comum entre o paraense – e o amazônida, em geral – com os animais silvestres. Macacos,

²² **A Província do Pará**, 11 de maio de 1898, p. 2.

²³ **Folha do Norte**, 2 de maio de 1898, p. 2.

²⁴ **A Província do Pará**, 22 de agosto de 1897, p. 2

cotias, araras e papagaios comumente eram criados nas residências, tornando-se atração e divertimento entre os moradores, vizinhança e visitantes. Muitos se tornavam animais de estimação ou “xerimbabos”, no falar do nativo. Ao se deparar com essa realidade, o estrangeiro ficava fascinado, não apenas pela beleza do animal, que para ele era de natureza indescritível, mas pela domesticidade, cena quase comum nos lares amazônicos.

Essa admiração às vezes extrapolava o bom senso, produzindo apropriações indevidas dos animais por parte do estrangeiro as quais terminavam em brigas e prisões. Um caso envolvendo uma ave da mesma espécie também tornou-se motivo de tensão para o espanhol Ramon de la Iglesias Viñas e seu amigo Ramon Manoel Iglesias. Encontrados de posse da ave faladora em sua residência, negaram-se a princípio a entregá-la à sua proprietária Maria Francisca de Souza. Depois de denunciados e apresentados à polícia, restituíram o papagaio sob protesto de que o haviam comprado de um terceiro por 10\$.²⁵

Voltando às páginas policiais, em outro número, o jornal revela em suas páginas a queixa que fez Maria Didon, moradora da travessa Piedade, nº 45. Numa nota aparece a espanhola, na estação de segurança, acusando Marcelino Rendeiro, proprietário de uma mercearia situada naquela mesma rua, de tê-la agredido e espancado.²⁶ E o que dizer de Carmen Diaz, possivelmente empregada como criada na casa da família de Manoel Ayres? Após ser convencida, sob promessas de casamentos, por Abelardo Rodriguez, de que deveria morar com ele, Carmen viu-se abandonada quatro meses depois pelo amante. Essas histórias de amor povoavam a imaginação do articulista, afinal:

A Hespanha, a famosa terra do *salero*, da seguidilha e da castanhola, foi agora quem forneceu ao *curumim* mytologico as ultimas victimas: Abelardo Rodriguez, um tipo de *caballero de gracia*, e Carmem Diaz, uma andaluza que traz nos olhos um pedaço do céu de sua terra e nos lábios, uma rosa de Alexandria.

Foi a nostalgia que os aproximou, começando então elles a ser confidentes: o Rodriguez falava á Carmem da sua heróica Barcelona e ella de sua Andaluzia poética e encantadora.

D'essa comunicação de impressões, passaram elles, como era natural, a amar-se: *tu me quieres? Ó se te quiero, mia hermosa!*²⁷

²⁵ **A Província do Pará**, 17 de fevereiro de 1900, p. 3.

²⁶ **A Província do Pará**, 29 de setembro de 1897. p. 2.

²⁷ **Folha do Norte**, 10 de dezembro de 1898. p. 2

A história de amor acabou na delegacia. Carmem apresentou queixa num dos distritos policiais da cidade e ficou a esperar pelo desfecho do caso.

Outras, entretanto, visitavam as delegacias para prestarem queixa de abusos ou delitos sofridos por pessoas de seu convívio, como amigos e familiares. Entre estas, destaca-se a figura de Tereza Garrofé, moradora à rua Paes de Carvalho, nº 58, que, após esperar por quase dois dias por notícias de suas duas filhas, queixou-se na secretaria de segurança por rapto, talvez desconfiada de um vizinho, morador da mesma rua, e de um sócio do restaurante Santana.²⁸

Mais inusitado, porém, foi a declaração apresentada ao 1º prefeito por Josefa Amoestro. Josefa contava apenas 13 anos, quando compareceu, acompanhada da irmã mais nova, a presença daquela autoridade. Segundo relata o jornal, a menor dizia que: “Há 8 dias fora ofendida em seu pudor por Florêncio Lourenço Amoedo, proprietário do hotel Dois Irmãos Unidos, situado na avenida 16 de Novembro, onde se achava hospedada”.²⁹

Constatado o delito, apurado o inquérito e confirmado o suspeito, cujo processo foi acompanhado pelo jornal *A Província do Pará* durante os dias posteriores à denúncia, Amoedo, para não ser preso, foi obrigado a casar-se com Josefa, “para desagravo da ofendida e da sociedade” – concluiu a matéria.³⁰

Menores espanhóis como Josefa Amoestro aparecem com alguma frequência nos periódicos como personagens de casos de defloramentos. Mas há também momentos em que são vítimas de espancamentos, raptos, desaparecimentos, acidentes em vias, ataques de cães, enfim, toda sorte de violência.

Recorrendo à autoridade do vice-cônsul da Espanha em Belém, o menor José Garcia apresentou queixa ao subprefeito Rocha, acusando o seu patrão, o alfaiate Delfino Neves, de o haver espancado e se negado a lhe pagar o ordenado referente a serviços prestados ao seu estabelecimento, situado à rua Treze de Maio.³¹ Maria

²⁸ **A Província do Pará**, 27 de junho de 1897, p. 2.

²⁹ **A Província do Pará**, 13 de janeiro de 1898, p. 2

³⁰ **A Província do Pará**, 17 de janeiro de 1898, p. 2

³¹ **Folha do Norte**, 18 de março de 1897, p. 2.

Rodriguez, por sua vez, desaparecera em maio de 1897. Dando conhecimento ao cônsul espanhol do desaparecimento da filha, por quase um ano, Telósforo Rodriguez a esperou, confiando no esforço dos chefes de segurança amazonense e paraense. A menina, que contava por volta de 8 anos de idade, foi encontrada em uma localidade no rio Juruá, Amazonas, na companhia de Joaquina Cardoso, sua raptora, e trazida de volta para Belém.³²

O abuso de crianças era muito comum, como relata a *Folha do Norte* em uma edição do ano de 1898, quando o espanhol José Silvério, doceiro ambulante, foi admoestado pela 2ª prefeitura por obrigar as três filhas menores a mendigar todas as noites, nas ruas da cidade, especialmente no Largo da Pólvora, onde eram encontradas até às primeiras horas da manhã. O produto da mendicância acabava ficando com o espanhol, que residia no Hotel Porto Rico, situado no centro da cidade.³³

Crianças com bem menos idade, devido à falta de orientação própria da idade, e, por isso, sujeitas à agitação de uma cidade movimentada como a Belém do final do século XIX, encontravam-se bem mais vulneráveis a imprevistos desagradáveis. Numa manhã, por uma falta de atenção de Catarina Ferreira, seu filho, Miguel Martins, de 2 anos de idade, foi atropelado fatalmente pelos muars de um bonde, ao tentar atravessar a rua Vinte e Oito de Setembro. Os rumores sobre a gravidade do acidente chegaram aos ouvidos da mãe que, reconhecendo a criança morta, toma-a pelos braços.³⁴

Desfecho diferente teve o caso de violência doméstica relatado pelo mesmo jornal quase um mês antes. No dia 12 de fevereiro, a *Província* lançou uma nota enviada pelos moradores da Travessa Vinte e Dois de Junho que se reclamasse às autoridades competentes para que tomassem providências com relação às pancadarias que continuamente ocorriam na casa de nº 124. Segundo a nota, diariamente uma mulher espanhola era agredida de modo bárbaro pelo marido, cuja nacionalidade (espanhola ou portuguesa) os moradores não souberam definir. Nem a filha de 5 meses estava fora de perigo, tanto que, numa das investidas mais violentas que as duas haviam sofrido há

³² **A Província do Pará**, 21 de abril de 1898, p. 2.

³³ **Folha do Norte**, 9 de setembro de 1898, p. 3.

³⁴ **A Província do Pará**, 8 de março de 1898, p. 1.

cerca de um mês, não fosse a agilidade da mulher em esquivar-se, o marido poderia ter matado mãe e filha com uma violenta cacetada.³⁵

O fato de haver menores envolvidos em conflitos, tragédias e outras situações talvez não cause estranheza, pois, assim como homens e mulheres, eles fazem parte do dia a dia dos espaços em que habitam, integrando-se em ações cotidianas. E, mesmo participando quase sempre como sujeitos que sofrem uma determinada ação, algumas vezes são eles que tomam iniciativas, embora nos jornais estas não fiquem bem esclarecidas. No caso acima relatado do menor José Garcia é bem provável que seus pais, ou apenas seu pai, tenham se encaminhado com ele ao vice-cônsul espanhol para pedir ajuda. Mas o que dizer de um menor de 12 anos de idade que, conforme declaração dirigida ao chefe de segurança de Belém por seu pai, o espanhol Henrique Hotelo, fugira para a cidade de Cametá sem causa aparente?³⁶ Ou de Manoel Bol, um criado de 11 anos, detido sob a ordem do chefe de segurança não contendo culpa?³⁷

Sobre uma dupla de estelionatários disfarçados de vendedores ambulantes que transitavam quase que diariamente pelas ruas da cidade, foi dado queixa na estação de segurança por várias famílias. Eles eram acusados de apresentar um tecido fino e caro para venda, ao que, no momento de efetuar o negócio, entregavam um produto de inferior qualidade.

Ao que nos consta – alerta os redatores da *Folha* –, esses indivíduos ou são de nacionalidade espanhola ou italiana [...] Trajam razoavelmente e sabem apresentar-se.

Ainda ante-ontem, no Marco da Léguas, por esse *processo*, prejudicaram uma família em importância superior a cem mil réis.

[...]

Aconselhamos a todos que se acautelem contra esses **larápios de nova espécie**.³⁸ [Destaque nosso]

A questão que se segue à leitura da nota acima é: o que jornal quis dizer com a expressão “larápios de nova espécie”? Pode ser que estivesse se referindo a uma nova categoria de crime, ou, quem sabe, ao artil com que os criminosos investiam sobre suas vítimas, ou mesmo à origem estrangeira dos meliantes.

³⁵ **A Província do Pará**, 12 de fevereiro de 1898, p. 2.

³⁶ **Folha do Norte**, 6 de julho de 1897, p. 2.

³⁷ **Diário de Notícias**, 16 de julho de 1897, p. 2.

³⁸ **Folha do Norte**, 18 de junho de 1897, p. 2.

Contudo, é importante registrar que essas notícias do cotidiano da cidade envolvendo espanhóis em apuros com a polícia não significam que somente indivíduos arruaceiros, malandros e ladrões povoavam o universo citadino. É preciso lembrar que pessoas de diferentes ofícios reconhecidos de bom grado no mundo do trabalho também faziam parte desta sociedade, como lembra a notícia estampada num periódico acerca do estado de penúria em que ficara a viúva de um pintor espanhol chamado Mariano Neto, após ter sido assassinado. A *Folha do Norte* chegou a abrir seis escritórios para receber donativos e a subscrição atingiu 100\$000, com doações de firmas, patrícios e pessoas anônimas. Esse crime estampado com destaque pela *Folha* causou indignação na comunidade espanhola, tanto que o senhor Benito Gimenez representou, junto ao vice-consul da Espanha, contra “a inacção da polícia” em relação ao assassinato de seu compatriota.³⁹

Voltando à questão do crime dos “laráprios de nova espécie”, mas o que explicaria o fato de a suspeita recair justamente sobre espanhóis? Da mesma forma que não conseguem explicar, ou não se preocupam em explicar detidamente, sobre a conjuntura de um fato, os jornais se veem embaraçados em precisar a nacionalidade dos sujeitos sobre os quais vão informar. Parte desse embaraço decorre muitas vezes da imprecisão de quem informa, como se viu na declaração dos vizinhos da casa 124 da Rua Vinte e Dois de Junho. Confundir espanhol com português, ou vice-versa, era comum na sociedade da época, ainda mais quando se tratava do marido de uma espanhola.

Talvez a ideia de um casamento exogâmico parecesse estranha para os nacionais, mas também se pode pensar que essa confusão tenha se formado no imaginário popular por causa da falta de costume com a multiplicidade cultural, agravada mais ainda pela maneira repentina com que se estabeleceu a sociedade belenense do final do século XIX. Quando da alteração do espanhol com o negro, que discutiram por causa da matéria do jornal *A Província*, o qual trazia notícias sobre a guerra hispano-americana, nem o próprio redator do periódico soube precisar a nacionalidade daquele último. Confundido com um barbadiano, ele poderia ser procedente de outra localidade caribenha, até mesmo de Cuba.

³⁹ **Folha do Norte**, 6 de março de 1898, p. 3.

A dificuldade em identificar a origem dos estrangeiros demonstra que, para o belenense, reconhecê-los pela linguagem era uma constante, ainda mais se estivessem tentando se comunicar em português, o que poderia confundir ainda mais o nacional. Mas afirmar com segurança se havia alguma espécie de aversão em relação à sua presença não seria aconselhável, mesmo porque quando o *Diário* se refere a espanhóis ou portugueses em suas páginas como pretensos “luzeiros que nós, os povos latino-americanos, nos desvanecemos de fitar e seguir [...]”,⁴⁰ não é a índole dos sujeitos espanhóis, ou portugueses, que está em questão, mas a política em que sua nação se via envolvida no período.

Intelectuais paraenses como Juvenal Tavares são bem enfáticos quando defendem a intervenção norte-americana nos negócios espanhóis em Cuba,⁴¹ já que o regime político republicano dos Estados Unidos parecia-lhe bem mais conveniente do que o monárquico espanhol. E o espanhol, como sujeito do maior grupo de estrangeiro estabelecido na cidade depois dos portugueses, poderia ser visto também apenas como peça de jogo entre políticos paraenses.

O jornal *Folha do Norte*, por exemplo, é que menos se reporta a notícias sobre espanhóis em Belém e, nas poucas vezes em que isso acontece, geralmente, os coloca como vítimas de algum acidente ou agressão. Notas relacionadas às atitudes severas do Governo em relação aos problemas de imigração são ausentes. Do que muito se fala é das ótimas acomodações da hospedaria de imigrantes do Outeiro, do bom trato que estes recebem ao serem lá acomodados, etc. *O Diário de Notícias* também não se alonga no tratamento para com os espanhóis. Com poucos informes sobre eles, os vê principalmente envolvidos em conflitos graves entre si ou agredindo nacionais. Os casos de detenções que listam no decorrer de seus últimos anos de publicação colocam os espanhóis em segundo lugar entre os estrangeiros envolvidos em crimes, desordem e embriaguez. Em algumas pequenas notas há denúncias sobre descaso de gerência na hospedaria de Outeiro e solicitações ao Governo para que tome providências sobre a problemática.

A Província do Pará, por sua vez, é o jornal que se pretende colocar como o mais imparcial. Anuncia e denuncia de forma mais completa, mas sem perder a chance

⁴⁰ **Diário de Notícias**, 2 de fevereiro de 1897, p. 1.

⁴¹ **A Província do Pará**, 16 de abril de 1898, p. 1.

de fazer críticas à política migratória, descrevendo com minúcias as ações do governo no processo imigratório, desde o momento do embarque em Vigo até a averiguação final da situação dos recém-chegados em Belém.

Contudo, não se pode perder de vista o significado desses embates cotidianos noticiados pela imprensa local. O choque da chegada à terra manifesta-se de diferentes maneiras nos depoimentos, nos relatos e nas ocorrências policiais.

O estranhamento também atingia os nacionais que não compreendiam muito bem o que fazia aquela gente de falar estranho numa cidade tão distante do continente europeu e disputando o mercado de trabalho que não era tão vantajoso e abundante como se pensava.

Mas, ao migrante coube transportar para o outro lado do Atlântico a sua casa, a sua comida, o seu lazer, enfim, procurou amenizar a imensa distância de sua aldeia. Não é à toa que vamos encontrá-los organizando um Centro Galaico ou, junto com os portugueses, implementando uma prática cultural tão ibérica, como as touradas que ocorriam aos domingos no *Colyseu*, arena localizada num certo lugar privilegiado da cidade e capaz de movimentar a imprensa, a população e até as autoridades locais.

Esta diáspora transoceânica que colocou populações rurais em contextos urbanos sobreviveu ao êxodo e, segundo José Antonio Vidal Rodríguez:

[...] ante el contacto con otros colectivos diferentes, fue, seguramente, el factor que les impulsó desde principios del siglo XIX a crear sociedades defensoras de su identidad regional en las grandes ciudades americanas, donde su número era lo suficientemente amplio y bien situado económicamente como para poder escindir-se del resto de las colônias regionales españolas.⁴²

Para concluir, não se pode esquecer que enquanto a imigração era a solução para a economia da Amazônia, mesmo com todos os confrontos, para o outro lado do oceano, a emigração ainda, na primeira década do século XX, continuou a ser um problema, como estampa o editorial do jornal *Faro de Vigo*, de 15 de fevereiro de 1905.

Pero se nos ocurre preguntar al *Heraldo* [periódico de Madrid] y a los partidarios de dificultar la emigración, que medios proponen para dar elementos de vida a esos desheredados de la fortuna que hoy remedian

⁴² RODRIGUEZ, José Antonio Vidal. La reconstrucción de la identidad gallega en Cuba: procesiones, festivales y romerías regionales en La Habana (1804-1920). *Anuario de Estudios Americanos*. Tomo LIX, 2, 2002, p. 511.

sus necesidades emigrando. ¿Acaso se quiere quitar a los pobres el derecho de evitar la miseria sin darles medios para vivir? [...].⁴³

ARTIGO RECEBIDO EM ABRIL DE 2013.

PUBLICADO EM JUNHO DE 2014.



www.revistafenix.pro.br

⁴³ LUCA DE TENA, Gustavo. **Notícias da América**: o relato da grande imigração americana na prensa da Galícia e de Ultramar. Vigo: Nigra D. L., 1993, p. 106.